



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. MARCOS TAVARES)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, com objetivo de debater a Política de Juros.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos Artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, para debater sobre a Política de Juros, convidando os seguintes representantes:

1. Banco Central – BC;
2. Ministério da Fazenda;
3. MARIA LUCIA FATTORELLI – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida;
4. LADISLAU DOWBOR – Economista e Professor da PUC-SP
5. FELIPE COUTINHO – Vice-Presidente da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobras)
6. MARCO ANTONIO MITIDIERO JR – Geógrafo e Professor da Universidade Federal da Paraíba

Apresentação: 21/03/2023 18:09:02.753 - CFT

REQ n.8/2023



* C D 2 3 9 2 3 0 9 9 6 9 0 0 *



JUSTIFICAÇÃO

A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo **Banco Central** para controlar a inflação.

A taxa básica de juros Selic acumulou 588% de aumento no período de março/2021 a agosto/2022, tendo o Banco Central elevado a referida taxa do patamar de 2% ao ano em 2021 para 13,75%, todas elas sob a justificativa de “conter a inflação”, mantendo a referida taxa nesse elevadíssimo patamar elevadíssimo até a data em que apresentados o presente requerimento.

Esse significativo aumento da Selic tem prejudicado profundamente a atividade econômica do país, aumentando as despesas com juros tanto do governo (com a dívida pública) como do público em geral com empréstimos e financiamentos, travando toda a economia, como comprova a queda do PIB no último trimestre de 2022, com igual perspectiva para o primeiro trimestre de 2023.

Os juros elevados não têm servido para controlar a inflação, tendo em vista que a alta de preços tem sido provocada pela elevação de preços administrados pelo governo (principalmente combustíveis e energia elétrica) e de alimentos, devido a fatores relacionados ao mercado internacional, câmbio e decisões de política agrícola, que não estão relacionadas a excesso de demanda, mas a custos, e não são afetados com aumento dos juros. A queda de inflação que tivemos decorreu da redução dos tributos incidentes sobre combustíveis e energia elétrica, e não sobre a alta dos juros.

A elevação da Selic pelo Banco Central tem provocado danos irreparáveis à economia do Brasil, tendo em vista que:

1. A elevação da Selic provoca elevação de todas as demais taxas de juros praticadas no país, sobre empréstimos em geral, operações de crédito bancário, cheque especial, cartão de crédito etc., tornando caríssimo o custo do dinheiro e impedindo a sua circulação saudável, amarrando toda a economia.





2. A elevação dos juros tem levado inúmeras empresas à falência, aumentando o desemprego e agravando a desindustrialização, gerando atraso socioeconômico.

3. A elevação da Selic provoca gastos excessivos aos cofres públicos e aumento desenfreado da dívida pública. O próprio Banco Central publicou (https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202302_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf) que cada aumento de 1% da Selic gera R\$ 40,1 bilhões de gastos com juros anuais da dívida líquida do setor público, conforme quadro extraído do referido documento e reproduzido a seguir:

3. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de janeiro de 2023.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,5	0,18	17,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Esse dinheiro sangra o orçamento público e prejudica o atendimento das necessidades sociais urgentes.

4. A elevação da Selic tem inibido o consumo das famílias, que deixam de realizar projetos, ocasionando redução da atividade econômica, além de levar milhões de pessoas endividadas ao desespero e até ao suicídio, destruindo lares e provocando imensurável desajustes sociais.

5. Ao contrário de “combater inflação”, a elevação da Selic e das taxas de juros em geral tem provocado elevação de preços, tendo em vista que os custos financeiros são transferidos para os preços dos produtos e serviços comercializados.

6. A elevação da Selic aumenta de forma absurda a transferência de dinheiro do orçamento federal ao setor financeiro, levando os bancos a obter





CAMARA DOS DEPUTADOS

lucros recordes através da remuneração diária em “Operações Compromissadas” e “Depósitos Voluntários Remunerados”, gerando rombo orçamentário e explosão da “dívida pública”.

7. A elevação da Selic tem aumentado ainda mais o lucro dos bancos, pois enquanto toda a economia sofre com a elevação dos juros, os bancos elevam seus ganhos nas operações de remuneração diária operadas pelo Banco Central (Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados), onerando ainda mais o orçamento federal.

Portanto, faz-se necessário o debate sobre a eficácia da atual política de juros sobre o controle dos preços. Por fim, registramos que, em atendimento ao Art. 255 do RICD, o tema proposto da Audiência guarda relação com campos temáticos da Comissão de Finanças, como o “sistema financeiro nacional”, “dívida pública interna e externa” e “matérias financeiras e orçamentárias públicas” (art. 32, X do RICD), dado que a política de juros afeta diretamente o sistema financeiro e as despesas orçamentárias com o serviço da dívida pública.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de Março de 2023.

Deputado MARCOS TAVARES

PDT-RJ

